



## Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal do Meio Ambiente



Paranaguá, 21 de novembro de 2016.

Assunto: **Determinação de condicionantes para emissão da Anuência Ambiental Municipal pleiteada pela empresa Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP.**

Os membros da Câmara Técnica do Conselho Municipal do Meio Ambiente, na data de 16 de novembro do corrente ano, deliberaram sobre as condicionantes a serem impostas na Anuência Ambiental Municipal da empresa Terminal de Contêineres de Paranaguá. Para tanto, além de observados os principais impactos intrínsecos a operação do empreendimento, levou-se em consideração também os principais grupos de pessoas afetados por este empreendimento, via consulta. As informações coletadas seguem apresentadas, subdivididas por grupos sensíveis aos impactos:

### **Medidas Preventivas, Mitigadoras e Compensatórias:**

#### **I. Indígenas:**

1. Consideração em todas as medidas e programas de monitoramento, as aldeias indígenas da Cotinga (Paranaguá), Sambaqui e Shangri-lá (Pontal do Paraná) e Cerco Grande (Guaraqueçaba);
2. Garantia de passagens a pequenas embarcações indígenas e de pescadores;
3. Impedimento de atracação dos navios do TCP e do Terminal de Passageiros, simultaneamente;
4. Ausência de atracação das embarcações da empresa durante o dia e apenas à noite (18:00 às 06:00), na área da expansão e atracação de embarcações da empresa, uma vez por semana;
5. Construção e manutenção de dois trapiches - 01 próximo à ponta da Cruz e outro na retro área que a TCP construirá;
6. Manutenção do trapiche da Ilha da Cotinga;
7. Contratação de um "barco de apoio" (ambulancha) que estará a postos em todas as manobras de aproximação e desaproximação dos dolphins. Esta embarcação, com equipe treinada, estará destinada a atender eventuais urgências/emergências, 24 horas;
8. Programa de Educação Ambiental e Programa de Comunicação Social - Projeto de Educomunicação para as comunidades indígenas, com objetivo de esclarecer as comunidades sobre a operação dos navios, procedimentos e orientações para trânsito, em segurança, de pequenas embarcações e sobre os impactos do licenciamento ambiental, com comunicação obrigatória dos eventos e iniciativas à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para acompanhamento;
9. Programa Nhemboaty Porã: Realização de Seminários Guarani, 01 por ano, em cada aldeia (04 aldeias), em meses diferentes, organizados junto com a comunidade, fomentando a criação de uma instância de articulação interaldeã e interinstitucional que promova debates sobre temas que afetam o cotidiano indígena, justificando o estabelecimento de seminários semestrais nas aldeias que visem qualificar a informação que chega às comunidades e qualificar a atuação institucional com relação às demandas Guarani;
10. Nova sinalização marítima de acordo com estudo de manobras realizado e conforme indicação da Autoridade Marítima;
11. Observância das indicações do Estudo de Manobras (USP) realizado para as condições propícias para realização das manobras nos dolphins;
12. Orientação para planejamento de atracação fora dos horários de maior fluxo de embarcações pequenas, com monitoramento da empresa;
13. Garantia da mobilidade dos barcos da Sesai ou Prefeitura, para atendimento da saúde, urgência e emergência indígena;



## Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal do Meio Ambiente



14. Monitoramento das correntes marítimas, socializando com as comunidades indígenas os dados referentes ao Programa de Monitoramento Hidrodinâmico e, sendo verificada qualquer alteração substancial nas correntes marítimas se deverá elaborar um Plano de Ações Preventivas e Mitigatórias específico;
15. Projeto de Vigilância Territorial, com objetivo de assegurar mecanismo eficazes de vigilância territorial e monitoramento de invasões nas áreas indígenas, nas aldeias Karaguatá Poty (Sambaqui), Cotinga, Quaray Guatá Porã e Guaviraty (Shangri-lá), avaliando-se junto à comunidade à necessidade de construção de portão/cerca, aquisição de equipamentos (telefones/rádio), colocação de placas indicativas da aldeia e de segurança e controle de entrada e saída;
16. Projeto de plantio e subsídio ao manejo de espécies vegetais importantes para os Guarani, identificando e ampliando a disponibilidade de espécies vegetais prioritárias para os Guarani;
17. Obtenção de DAP junto a Emater para venda da produção agrícola à escola indígena;
18. Criação e manutenção de áreas para venda de artesanato e apresentações culturais (Centro Cultural) nas cidades de Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba, considerando que o artesanato é a principal fonte de renda das comunidades Guarani nesta região, a medida se justifica enquanto fomento à atividade que, articulada com o projeto de plantio e manejo de espécies vegetais, contribuirá à manutenção da autonomia socioeconômica das comunidades indígenas;
19. Projeto para elaboração de material informativo sobre história e cultura Guarani destinado a não-índios, com objetivo de fornecer subsídios para minimizar o preconceito e desinformação com relação à presença indígena no litoral do Paraná. Esta ação também deverá promover a divulgação e uso dos materiais elaborados. A pesquisa e elaboração dos materiais deverão ocorrer através da constituição de equipes de pesquisadores Mbya e técnicos;
20. Plano de Visitação das Aldeias e Plano de Turismo: planejamento e execução, do plano, com o protagonismo dos indígenas e orientação da FUNAI/Paranaguá, com a construção de centro de visitação e o fornecimento de segurança adequada;
21. Levantamento ornitológico e de fauna: junto com a comunidade indígena, com publicação e distribuição nas entidades de ensino;
22. Extensão das ações previstas no Plano de Emergência Individual - PEI e no Plano Gerenciamento de Riscos - PGR às comunidades indígenas através de metodologia adequada, especificando-se o impacto, mesmo potencial, na comunidade indígena;
23. Monitoramento da qualidade do ar e de ruídos, nas aldeias indígenas, e verificada qualquer alteração substancial na qualidade do ar e ruídos, elaborar um Plano de Ações Preventivas e Mitigatórias específicas, e adotar no âmbito deste programa ações para repasse contínuo das informações nas comunidades relativas ao monitoramento, de forma a instrumentalizar as comunidades através do conhecimento e ações que contempla este monitoramento;
24. Monitoramento da qualidade da água, em áreas de manancial, poços e outras áreas que forneçam água, nas aldeias, observando-se a melhor metodologia para verificação da qualidade da água e fornecendo a tecnologia necessária para o tratamento da água utilizada pela comunidade (monitoramento mensal);
25. Verificação da metodologia utilizada para o tratamento de efluentes líquidos e o fornecimento de tecnologia necessária para o tratamento dos efluentes da aldeia (saneamento básico), priorizando-se técnicas naturais;

### II. Patrimônio Imaterial:

1. Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental para valorização do patrimônio imaterial (Yvy Rupa; Nemongaraí Xandoro Língua; Yvy Rupa Língua; Yvy Rupa Nemongaraí Xandoro Língua);
2. Programa de Fortalecimento da Salvaguarda Bens Culturais Imateriais, inclusive, com trabalho junto ao Núcleo Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
3. Programa de Fortalecimento da Salvaguarda do Fandango Caiçara, com ações de monitoramento da pesca artesanal e navegação, inclusive, com trabalho junto ao Núcleo



## Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal do Meio Ambiente



Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

4. Construção de Biblioteca Quilombola: a instalação (construção, mobiliário e equipamentos) de biblioteca na área da comunidade quilombola, no Batuva;

### III. Pescadores:

1. Estudo e levantamento sociocultural, de todas as comunidades de pescadores<sup>1</sup> e de comunidades tradicionais, do Município de Paranaguá, identificando-se o seu território, área de cultivo agrícola e de espécies pesqueiras e demais espécies (maricultura e crustáceos) e o seu universo histórico, cultural e sustentável, com georreferenciamento de todas as áreas;

2. Programa de Capacitação: realização de Seminários nas Comunidades de Pescadores e Tradicionais, 01 por ano, para treinamento e capacitação de liderança comunitária;

3. Construção de Centro de Convivência: instalação (aquisição de área, construção, mobiliário, equipamentos e licenciamento) de 2 (dois) Centros de Convivência, sendo um para atender os pescadores da sede do município – Ilha dos Valadares ou as margens do Rio Itiberê – e outro em comunidade a ser verificada, segundo o estudo do ponto 01;

4. Priorização da contratação, na construção do empreendimento do TCP, dos pescadores, filhos e netos e da população local;

5. Dragagem: elaboração de estudos para análise da viabilidade da realização de dragagem e manutenção pelo período de 5 (cinco) anos, da área de acesso, atualmente assoreada, do “ponto da batera” à “ilha da cebola”, em Valadares e caso, viável, o financiamento do licenciamento e da operacionalização da dragagem;

6. Construção de Trapiches: instalação (engenharia, obra e licenciamento) de dois trapiches para atracação e acesso das pessoas, na Ilha dos Valadares, sendo um deles na região do Bairro Itiberê e o outro em local que proporcione acesso à Igreja N.S. dos Navegantes, na Ilha dos Valadares;

7. Construção da Sede da Associação dos Moradores de Valadares, conforme projeto apresentado pela entidade;

8. Realização de cursos permanentes, ao menos 02 por ano, de cultura local, fandango e gastronomia caiçara, preferencialmente, na sede da associação, com comunicação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

9. Elaboração do Plano Turístico para Rocio e Ilhas;

10. Instalação de, no mínimo, 150 lixeiras ecológicas, em locais a ser determinados pela associação;

### IV. Meio Ambiente:

1. Elaboração e execução do Plano de Manejo do Parque dos Guarás (Alexandra) e Parque Ambiental da Ilha dos Valadares;

2. Auxiliar financeiramente o Projeto de Regularização de Valadares, como, na demarcação e recuperação das áreas de preservação permanente e áreas degradadas e realocação da população nas áreas de preservação permanente;

3. Elaborar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo incluído também a impressão de no mínimo, 05 exemplares, em via física;

4. Elaborar estudo de viabilidade financeira e diagnóstico de uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos, com aproveitamento energético;

5. Elaboração e execução do Programa Baía Limpa, nos rios Itiberê, Emboguaçu, Vila e Maré e afluentes, por vinte anos;

<sup>1</sup> Alexandra; Amparo; Beira Rio; Costeira; Emboguaçu; Estradinha; Eufrasina; Europinha; Ilha do Amparo; Ilha da Eufrasina; Ilha do Mel; Ilha do Mel – Encantadas; Ilha do Mel – Nova Brasília; Ilha do Mel - Ponta Oeste; Ilha São Miguel; Ilha do Teixeira; Ilha dos Valadares; Imbocuí; Itiberê; Jardim Araçá; Jardim Emboguaçu; Jardim Iguaçú; Jardim Santa Helena; Labra; Morro da Cocada; Padre Jackson; Parque São João; Piaçaguera; Santa Rosa; Serraria do Rocha; Porto dos Padres; Rio das Pedras; Santa Helena; São Vicente; Vila Guarani; Vila Itiberê; Vila Paranaguá; Vila Primavera; Vila Santa Helena; Vila Santos Dummont; Vila São Jorge; Vila São Vicente.



## Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal do Meio Ambiente



6. Elaboração do diagnóstico da APA Marinha, tendo por base o estudo do “Paraná – Mar e Costa – Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná”, realizado pelo governo estadual;
7. Programa de Educação Ambiental: **(i)** concurso de redação e desenho, sobre as árvores da cidade, os rios, a biodiversidade e a separação de lixo, com a publicação anual dos melhores textos com ilustração, em cartilha (produção e impressão) e a premiação à escola que fizer melhor projeto, no ano, com dinheiro destinado à escola (equipar quadra, biblioteca) **(ii)** Programa de Capacitação Ambiental de professores municipais: elaboração e execução de programa junto às escolas públicas municipais, da Prefeitura de Paranaguá, com o objetivo de treinar e conscientizar os professores do ensino fundamental acerca de questões relevantes à temática ambiental, para que estes se tornem agentes multiplicadores de conscientização ambiental;
8. Elaborar um Plano de Remediação de Área Degradada para a área conhecida popularmente como “lixão do Embocuí”;
9. Assinatura de um termo de compromisso com o Município, comprometendo-se a não expandir suas instalações, além das já pleiteadas neste processo de Anuência;
10. Programa de Monitoramento da qualidade do ar, em parceria com a UFPR Litoral, e financiamento de projetos, que envolvam a aquisição de equipamentos móveis da qualidade do ar e custeio, para realização de monitoramento nas áreas estuarina, costeira, marinha e terrestre, inclusive nas comunidades pesqueiras, tradicionais e indígenas, Mata Atlântica e Unidades de Conservação, com quantificação e qualificação dos poluentes atmosféricos e modelagem de dispersão destes poluentes, com espacialização de dados e sistema de inteligência;
11. A implementação do Sistema de Identificação, Rastreamento e Autenticação de Mercadorias, denominado **Brasil-ID**, baseado no emprego da tecnologia de Identificação por Radiofrequência (RFID), e outras acessórias integradas para realizar, dentro de um padrão único, a Identificação, Rastreamento e Autenticação de veículos, mercadorias em produção e circulação nos Portos de Paranaguá e Antonina, com chipagem de todos os veículos direcionados ao TCP e a leitura por antenas de radiofrequência. Com a implantação deste sistema, monitorar o trânsito dos caminhões e orientá-los a acessar o empreendimento pela Avenida Bento Rocha, para evitar tráfego excessivo no trecho urbano da BR-277;
12. Comprovação de vínculo, via contrato ou documento oficial equivalente, entre o TCP e os empreendimentos de estacionamento de veículos pesados, preferencialmente fora da zona urbana do município, a fim de não gerar filas para acesso ao terminal portuário;
13. Estruturação do mapa de gleba do Município de Paranaguá, em arquivo shapefile;
14. Programa de Comunicação: estruturação de site de comunicação semelhante ao elaborado, pela empresa Petrobrás, acerca do licenciamento do pré-sal, com informações ambientais, urbanísticas, operacionais e culturais;

Essas foram as observações a serem pontuadas e o que se tinha para o momento.